

NOVA ENGENHARIA S.A.

AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

FEVEREIRO DE 2026

*We do better, come together*

---

## **NOVA ENGENHARIA S.A.**

### **Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

#### **CONTEÚDO**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Anexo I – Balanços patrimoniais

Anexo II – Demonstração dos resultados

Anexo III – Demonstração dos resultados abrangentes

Anexo IV – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Anexo V – Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

#### **Sumário das notas explicativas**

1.	Contexto operacional	8
2.	Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras	9
3.	Políticas contábeis materiais	10
4.	Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas	12
5.	Novas normas, alterações e interpretações	13
6.	Caixa e equivalentes de caixa	14
7.	Contas a receber de clientes	14
8.	Outros ativos	14
9.	Imobilizado e intangível	15
10.	Partes relacionadas	17
11.	Obrigações tributárias	17
12.	Consórcios	17
13.	Provisões para processos judiciais	18
14.	Patrimônio líquido	18
15.	Receita operacional líquida	19
16.	Custos operacionais	19
17.	Despesas administrativas e gerais	19
18.	Imposto de renda e contribuição social	20
19.	Gerenciamento de riscos	20
20.	Transações que não afetaram o caixa	21
21.	Cobertura de seguros (não auditado)	21
22.	Eventos subsequentes	21

São Paulo / SP  
Alameda Santos, 1940  
1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP  
Largo Pd. Péricles, 145  
11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP  
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,  
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da  
esquina) – CEP: 14096-075  
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Administradores da  
**NOVA ENGENHARIA S.A.**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **NOVA ENGENHARIA S.A.** (“**Subsidiária**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Subsidiária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Subsidiária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Informações comparativas

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, não foram examinadas por nós ou por outros auditores.

São Paulo / SP  
Alameda Santos, 1940  
1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP  
Largo Pd. Péricles, 145  
11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP  
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,  
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da  
esquina) – CEP: 14096-075  
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Subsidiária de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Subsidiária, cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento de suas atividades.

Os responsáveis pela governança da Subsidiária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

São Paulo / SP  
Alameda Santos, 1940  
1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP  
Largo Pd. Péricles, 145  
11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP  
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,  
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da  
esquina) – CEP: 14096-075  
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Subsidiária;
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Subsidiária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Subsidiária a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente, referente às informações financeiras das atividades de negócios da Subsidiária, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Subsidiária e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

**PP&C Auditores Independentes**  
CRC2SP16.839/O-0



**Giacomo Walter Luiz de Paula**  
CRC1SP243.045/O-0  
Contador



**Paulo Henrique de Castro**  
CRC1SP315.650/O-3  
Contador

São Paulo / SP  
Alameda Santos, 1940  
1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP  
Largo Pd. Péricles, 145  
11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP  
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,  
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da  
esquina) – CEP: 14096-075  
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

- Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2025**
  
- Balanço Patrimonial**
- Demonstração do Resultado do Exercício**
- Demonstração do Resultado Abrangente**
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – método indireto**
- Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras**

**Nova Engenharia S.A.**  
**CNPJ: 58.103.625/0001-69**

**Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025**  
*(Valores em Milhares de Reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b> (nŁo auditado)
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	53	1
Contas a receber de clientes	7	299	-
Adiantamentos a fornecedores		2	-
Impostos a recuperar		11	-
Outros ativos	8	319	-
		<b>684</b>	<b>1</b>
<b>NŁo circulante</b>			
<b>RealizŁvel a longo prazo</b>			
Outros ativos	8	1.112	-
		<b>1.112</b>	<b>-</b>
Imobilizados	9	1.153	1.288
IntangŁveis	9	32.649	10.237
		<b>33.802</b>	<b>11.525</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>35.598</b>	<b>11.526</b>

As notas explicativas sŁo parte integrante das demonstraŁŁes financeiras.

**Nova Engenharia S.A.**  
**CNPJ: 58.103.625/0001-69**

**Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025**

*(Valores em Milhares de Reais)*

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
			(não auditado)
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		11	-
Obrigações tributárias	11	171	-
Outros passivos	12	52	-
		<b>234</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
	14		
Capital social		33.873	11.552
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.262	-
Lucros (prejuízos) acumulados		229	(26)
		<b>35.364</b>	<b>11.526</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>35.598</b>	<b>11.526</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Nova Engenharia S.A.**  
**CNPJ: 58.103.625/0001-69**

**Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2025**

*(Valores em Milhares de Reais)*

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u> (não auditado)
Receita bruta de serviços prestados		2.110	-
Impostos incidentes e deduções sobre receitas		(647)	-
<b>Receita operacional líquida</b>	15	<b>1.463</b>	<b>-</b>
Custos operacionais	16	(726)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>746</b>	<b>-</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	17	(410)	(26)
Outras receitas e outras despesas		15	-
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>342</b>	<b>(26)</b>
Despesas financeiras		(5)	-
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>338</b>	<b>(26)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(83)	-
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>255</b>	<b>(26)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Nova Engenharia S.A.**  
**CNPJ: 58.103.625/0001-69**

**Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025**

*(Valores em Milhares de Reais)*

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	255	(26) (não auditado)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>255</u></u>	<u><u>(26)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Nova Engenharia S.A.**  
**CNPJ: 58.103.625/0001-69**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025**

*(Valores em Milhares de Reais)*

	Nota	<u>Capital integralizado</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>(Prejuízos) lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Prejuízo do exercício		-	-	(26)	(26)
Aumento de capital		11.552	-	-	11.552
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)</b>		<b>11.552</b>	-	<b>(26)</b>	<b>11.526</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	255	255
Aumento de capital	14a.	22.321	-	-	22.321
Adiantamento para futuro aumento de capital	14b.	-	1.262	-	1.262
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>33.873</b>	<b>1.262</b>	<b>229</b>	<b>35.364</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Nova Engenharia S.A.**  
**CNPJ: 58.103.625/0001-69**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025**

(Valores em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u> (não auditado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		255	(26)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas</b>			
Depreciação e amortização	9	267	26
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Contas a receber de clientes		(299)	-
Adiantamento a fornecedores		(2)	-
Impostos a recuperar		(11)	-
Outros ativos		(319)	-
Fornecedores		11	-
Obrigações tributárias		171	-
Consórcio		43	-
Outros Passivos		9	-
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>125</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	9	(132)	-
Aquisição de bens do ativo intangível	9	(91)	-
<b>Caixa (aplicado) nas atividades de investimentos</b>		<b>(223)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Dividendos antecipados	8	(1.112)	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	14b.	1.262	-
<b>Caixa proveniente das atividades de financiamentos</b>		<b>150</b>	<b>1</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>53</b>	<b>1</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		53	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Nova Engenharia S.A.**  
**CNPJ: 58.103.625/0001-69**

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025**

*(Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1. Contexto Operacional**

#### **a. Objeto social**

A Nova Engenharia S.A. (“Subsidiária”), com sede social na Rodovia Admar Gonzaga, nº. 440, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, foi constituída em 14 de novembro de 2024, como subsidiária integral da Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A., e tem como objeto social e atividade preponderante a prestação de serviços de engenharia consultiva e de empreitada integral nos setores de energia elétrica, óleo e gás, transportes, saneamento básico e indústrias de base, sendo responsável pela elaboração de projetos, integração e gerenciamento de empreendimentos, construção civil e montagem industrial em geral e a participação em outras sociedades empresariais ou civis, podendo participar ainda de consórcios com outras empresas, cujas atividades estão relacionadas.

#### Reforma tributária sobre o consumo

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e 227/2026. O novo modelo substituirá gradualmente ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS pelos tributos IBS, CBS e IS.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando forem divulgadas as alíquotas efetivas e a entrada em vigor dos tributos. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

#### **b. Participação em consórcios**

A Subsidiária participa do desenvolvimento de empreendimentos e obras em conjunto com outros parceiros de negócio, mediante a formação de consórcios. A estrutura de administração desses empreendimentos e a gerência de caixa são centralizadas na empresa líder, ou em estrutura própria, constituída para esta finalidade. Em ambos os casos, sob a monitoria da empresa líder, que também acompanha o desenvolvimento das obras e os orçamentos. Assim, a empresa líder do consórcio tem a responsabilidade de assegurar que as aplicações de recursos necessários sejam feitas e alocadas de acordo com o planejado. As origens e aplicações de recursos dos consórcios estão refletidas nos saldos de ativos e passivos, respeitando os respectivos percentuais de participação.

Os ativos, passivos, ganhos e perdas decorrentes da participação da Subsidiária em consórcios, nos quais o controle é compartilhado, são reconhecidos, linha a linha, na proporção das participações. Os valores referentes aos seus aportes financeiros são

demonstrados no ativo quando superiores aos seus saldos de participação, caso contrário são apresentados no passivo. Os saldos contábeis dos consórcios são inclusos nas demonstrações financeiras da Subsidiária por meio de consolidação proporcional com as eliminações das transações “*intercompany*”. As práticas contábeis dos consórcios estão em linha com as adotadas pela Subsidiária.

Os principais consórcios com participação operacional da Subsidiária são:

Consórcios	Participação (%)	
	2025	2024 (não auditado)
Consórcio Avança MG	30%	-
Consórcio Solução DPJ	50%	-

## 2. Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras

### a. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente na Subsidiária, e nos consórcios em que possuem participação, para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### b. Base de Apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Também estão de acordo com as *International financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IFRS/IASB).

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis e o julgamento por parte da Administração da Subsidiária no processo de aplicação de suas práticas contábeis. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Subsidiária em 27 de fevereiro de 2025, estando aprovadas para divulgação.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

#### **d. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Subsidiária. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo e elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### **3. Políticas contábeis materiais**

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Subsidiária não identificou qualquer alteração aplicável que pudesse impactar suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

#### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Refere-se ao saldo de caixa, necessário à constituição da Subsidiária. O caixa da Subsidiária compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

#### **3.2 Contas a receber de clientes**

O saldo de contas a receber é composto por valores efetivos faturados referentes às medições realizadas e aprovadas pelos entes contratantes até a data do balanço. O faturamento é registrado pelo valor bruto, incluindo os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Subsidiária, menos os tributos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

#### **3.3 Imobilizado**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado, são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados no ativo.

### **3.4 Intangível**

Ativo intangível refere-se aos acervos técnicos mensurado pelo valor de mercado, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas (quando ocorre).

### **3.5 Redução ao valor recuperável – *Impairment***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Subsidiária, imobilizado e intangível, são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa (UGC) exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **3.6 Fornecedores**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Subsidiária.

### **3.7 Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento presente ou passado, e se a Subsidiária tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e provável de um recurso econômico exigido para liquidar a obrigação.

### **3.8 Receita operacional**

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base nas medições do serviço contratado na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os serviços prestados são validados pelas medições realizadas e devidamente aprovadas pelo ente contratante.

### **3.9 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras representam substancialmente os ganhos com aplicações financeiras, juros e variações monetárias.

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros.

### **3.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 milhões para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Subsidiária atua e gera lucro tributável.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Subsidiária nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

## **4. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas**

### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas, e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Subsidiária revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

### Provisões

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: provisões são constituídas, conforme necessidade, para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Subsidiária poderia realizar no mercado atual.

O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

## **5. Novas normas, alterações e interpretações**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Subsidiária, estão descritas a seguir:

### **IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**

A IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação do desempenho financeiro, com foco na melhoria da comparabilidade e da transparência das informações divulgadas, incluindo a definição de subtotais padronizados e maior detalhamento sobre medidas de desempenho definidas pela administração.

### **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

A IFRS 19 estabelece um conjunto reduzido de exigências de divulgação aplicável a subsidiárias que não possuam responsabilidade pública, desde que a controladora elabore demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, visando simplificar as divulgações sem comprometer a qualidade da informação.

## Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e à IFRS 7 / CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações tratam, principalmente, de aspectos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, bem como de aprimoramentos nos requisitos de divulgação, com o objetivo de esclarecer e alinhar a aplicação prática das normas. A Subsidiária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, conforme aplicável, quando de sua entrada em vigor.

### Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Subsidiária:

- Contratos de eletricidade relacionados a natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (não auditado)
Caixa fundo fixo	1	1
Bancos conta movimento	<u>52</u>	<u>-</u>
	<u><b>53</b></u>	<u><b>1</b></u>

### 7. Contas a receber de clientes

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (não auditado)
Clientes nacionais	<u>299</u>	<u>-</u>
	<u><b>299</b></u>	<u><b>-</b></u>

O saldo se refere a serviços faturados para pagamento no mês subsequente.

### 8. Outros ativos

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (não auditado)
Seguros (i)	317	-
Adiantamento a funcionários	2	-
Dividendos antecipados (ii) – NE 10	<u>1.112</u>	<u>-</u>
	<u><b>319</b></u>	<u><b>-</b></u>
<i>Circulante</i>	319	-
<i>Não circulante</i>	1.112	-

- (i) O saldo se refere a seguro de responsabilidade civil das operações.
- (ii) O saldo se refere a distribuição de resultado antecipado para a única acionista Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A., conforme previsto pelo estatuto social da Subsidiária. A Subsidiária reconhece a distribuição de resultado efetiva após apuração do resultado contábil anual.

## 9. Imobilizados e Intangível

### 9.1 Imobilizado

O imobilizado da subsidiária é composto por equipamentos de informática, os quais foram utilizados para integralização de capital pela controladora Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A., a valor residual, como segue:

#### a. Composição do saldo do imobilizado

Contas	Taxa anual de depreciação	2025			2024
		Custos	Depreciação acumulada	Líquido	(não auditado) Líquido
Equipamentos de informática	20%	1.443	(290)	1.153	1.288
		<b>1.443</b>	<b>(290)</b>	<b>1.153</b>	<b>1.288</b>

#### b. Movimentação do custo

	2024	Adições	Baixas	2025
	<b>(não auditado)</b>			
Equipamentos de informática	1.314	-	-	1.314
Equipamentos de informática - Consórcios	-	129	-	129
	<b>1.314</b>	<b>129</b>	<b>-</b>	<b>1.443</b>

#### c. Movimentação da depreciação

	2024	Adições	2025
	<b>(não auditado)</b>		
Equipamentos de informática	(26)	(259)	(285)
Equipamentos de informática - Consórcios	-	(5)	(5)
	<b>(26)</b>	<b>(264)</b>	<b>(290)</b>

### 9.2 Intangível

O intangível da Subsidiária é composto pelo valor do acervo técnico correspondente aos certificados de atestado técnico – CAT, do período de 1972-2021, referente à execução de obras e serviços de engenharia consultiva e integral, sendo responsável pela elaboração de projetos, integração e gerenciamento de empreendimentos, construção civil e montagem industrial em geral, envolvendo os setores de edificações industriais,

energia elétrica, infraestrutura urbana, meio ambiente, mineração, óleo e gás, saneamento básico e transportes multimodais.

A avaliação do acervo técnico foi elaborada por uma empresa de avaliação independente que fez o primeiro laudo em 30 de setembro de 2024 e apurou o valor de R\$ 10.237.000,00 (dez milhões, duzentos e trinta e sete mil reais), resultado este baseado em uma taxa de desconto utilizando o CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) no percentual de 13,70% em uma base de ativos de R\$ 95.228.000,00 (noventa e cinco milhões, duzentos e vinte e oito mil reais), e fez um segundo laudo para novo aumento de capital em 31 de agosto de 2025, em que apurou o valor de R\$ 22.321.000,00 (vinte e dois milhões, trezentos e vinte e um mil reais), este segundo resultado baseado em uma taxa de desconto utilizando o CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) no percentual de 16,31% em uma base de ativos de R\$ 89.071.000,00 (oitenta e nove milhões, setenta e um mil reais).

O resultado do valor da avaliação do acervo técnico foi o total de R\$ 32.558.000,00 (trinta e dois milhões e quinhentos e cinquenta e oito mil reais), o qual foi utilizado para aumento de capital da subsidiária pela sua controladora Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.

Para a amortização, embora aplicada aos ativos intangíveis, quando se trata de acervo técnico, é necessário ter vida útil definida. Caso a vida útil seja indefinida, o acervo técnico não será amortizado, mas deverá ser testado anualmente para verificar se há a necessidade de ajustar seu valor contábil, por meio do teste de *impairment*. Conforme descrito na política, a Subsidiária procede anualmente com o teste de recuperabilidade dos ativos de acordo com seu valor em uso, que é o valor presente de todos os fluxos de caixa futuros que o ativo irá gerar nos próximos seis anos.

A Subsidiária concluiu que não foi apurada perda por redução do valor recuperável (*impairment*), uma vez que o valor recuperável da unidade geradora de caixa é maior do que o valor contábil em 31 de dezembro de 2025, não sendo necessário, portanto, nenhum ajuste de contabilização de perda, conforme nota 3.5 - Redução ao valor recuperável - *Impairment*.

#### a. Composição do saldo do intangível

Descrição Contas	Taxa anual de amortização	2025			2024 (não auditado)
		Custos	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Acervo técnico		32.558	-	32.558	10.237
Direito de Software - Consórcios	20%	94	(3)	91	-
		<b>32.652</b>	<b>(3)</b>	<b>32.649</b>	<b>10.237</b>

#### b. Movimentação do custo

	2024 (não auditado)	Adições	Baixas	2025
Acervo técnico	10.237	22.321	-	32.558
Direito de Software - Consórcios	-	94	-	94
	<b>10.237</b>	<b>22.415</b>	<b>-</b>	<b>32.652</b>

### c. Movimentação da amortização

	<u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2025</u>
	(não auditado)			
Direito de Software - Consórcios	-	(3)	-	(3)
	-	(3)	-	(3)

## 10. Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas ativas refere-se à antecipação de dividendos para a única acionista Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.

<u>Descrição – Ativo – Nota explicativa 8</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
		(não auditado)
Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.	1.112	-
<b>Total partes relacionadas ativas</b>	<b>1.112</b>	<b>-</b>

<u>Descrição em 31.12.2025 – Ativo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.	Acima de 365 dias	1.112

### Movimentação das partes relacionadas ativas:

<u>Descrição</u>	<u>Valores – R\$</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)</b>	<b>-</b>
Recursos de dividendos antecipados	1.112
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.112</b>

## 11. Obrigações tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
		(não auditado)
PIS e COFINS sobre faturamento	114	-
Impostos sobre o resultado	21	-
Impostos retidos na fonte de terceiros	8	-
Demais impostos sobre faturamento	28	-
	<b>171</b>	<b>-</b>

## 12. Consórcios

Os resultados dos consórcios são registrados no resultado do exercício da Subsidiária pelos critérios definidos na nota explicativa nº 1 (b). Porém, a liquidação financeira e os saldos a receber ou a pagar nas participações em consórcio são realizados ao longo da vida de cada empreendimento.

O prazo médio de desenvolvimento e finalização dos empreendimentos em que estão aplicados os recursos é de 3 anos, sempre com base nos projetos e cronogramas físico-financeiros de cada obra. Essa forma de alocação dos recursos permite que as condições negociais acertadas com cada parceiro e em cada empreendimento fiquem concentradas em estruturas específicas e mais adequadas às suas características.

A Subsidiária adotou a prática contábil de apresentar os saldos e movimentações individualmente em cada rubrica das demonstrações financeiras, e o valor correspondente ao saldo a receber ou a pagar dos consórcios na rubrica específica “contas correntes de consórcios”.

Segue abaixo a composição dos saldos correspondente a receber, ou a pagar, em ativo e passivo por consórcios.

<b>Ativo</b>	<b>2025</b>
Consórcio Avança MG – Outros ativos	6
<b>Total dos ativos dos consórcios</b>	<b>6</b>
<b>Passivo</b>	
Consórcio Solução DPJ – Outros passivos	(49)
<b>Total dos passivos dos consórcios</b>	<b>(49)</b>
<b>Total líquido dos saldos entre ativos e passivos dos consórcios</b>	<b>43</b>

### 13. Provisão para processos judiciais

Os passivos contingentes são reconhecidos quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (não auditado), a Subsidiária, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não possuía processos de natureza tributária, trabalhista ou cível com prognóstico provável.

### 14. Patrimônio líquido

#### **Capital social**

O capital social da subsidiária é de R\$ 33.872.987,86 (trinta e três milhões, oitocentos e setenta e dois mil, novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e seis centavos) em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 11.551.987,86 em 31 de dezembro de 2024 – não auditado), representado por 33.872.987 ações ordinárias nominativas ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, totalmente subscrito e integralizado.

#### **(a) Aumento de capital**

Em 08 de outubro de 2025, a acionista fez o aumento de capital social, com bens intangíveis, pelo valor de R\$ 22.321.000,00 (vinte e dois milhões, trezentos e vinte um mil reais) – (NE 19).

<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>%</b>
Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.	33.872.987	100,00
	<b>33.872.987</b>	<b>100,00</b>

#### **(b) Adiantamento para futuro aumento de capital**

Em 31 de dezembro de 2025, o acionista assinou o instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 1.261.860,00 (um milhão, duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e sessenta reais) para formalizar a intenção de integralização do capital social utilizando os valores já transferidos à Subsidiária de maio a dezembro de 2025.

#### **15. Receita operacional líquida**

	<b>2025</b>	<b>2024</b> (não auditado)
Receita bruta de serviços	2.110	-
Deduções da receita bruta	(647)	-
	<b>1.463</b>	-

#### **16. Custos operacionais**

	<b>2025</b>	<b>2024</b> (não auditado)
Locação e seguros	(105)	-
Materiais	(4)	-
Depreciação e amortização	(8)	-
Viagens	(20)	-
Demais custos	(45)	-
Serviços de terceiros (i)	(543)	-
	<b>(726)</b>	-

(i) Refere-se principalmente à consultoria de engenharia e topografia contratadas de terceiros.

#### **17. Despesas administrativas e gerais**

	<b>2025</b>	<b>2024</b> (não auditado)
Depreciação e amortização	(259)	-
Impostos e taxas	(4)	-
Locação e seguros	(38)	-
Viagens	(3)	-
Demais despesas	(16)	(26)
Serviços de terceiros	(90)	-
	<b>(410)</b>	<b>(26)</b>

## 18. Imposto de renda e contribuição social

### Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (não auditado)
Lucro antes dos impostos	338	(26)
<b>Adições</b>		
Demais despesas não dedutíveis	2	-
<b>Exclusões</b>		
<b>Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais</b>	<u>340</u>	<u>(26)</u>
Compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL	(26)	-
Lucro real depois da compensação de prejuízos fiscais	<u>314</u>	<u>(26)</u>
Alíquota nominal combinada dos impostos de renda e contribuição social - %	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social correntes	<u>83</u>	-
Alíquota efetiva	<u>24%</u>	<u>0%</u>

## 19. Gerenciamento de riscos

A seguir, o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Subsidiária para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e o gerenciamento do capital da Subsidiária.

A Administração da Subsidiária tem a responsabilidade global para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Subsidiária.

### Risco de Crédito

Este risco é oriundo da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e distribuidores. Para reduzir este tipo de risco, a Subsidiária realiza análise de crédito individual de seus clientes, com base em análise potencial de vendas, histórico de risco e inadimplência, bem como dados das agências de risco e de mercado.

## Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Subsidiária para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

## Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado (tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações) impactem nos ganhos da Subsidiária, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

## 20. Transações que não afetaram o caixa

Em atendimento ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		<b>(não auditado)</b>
Imobilizado – equipamentos de informática (NE 9)	-	1.315
Intangível – laudo de acervo líquido (NE 9)	22.321	10.237
	<b>22.321</b>	<b>11.552</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital social (NE 13)	(22.321)	(11.552)
	<b>(22.321)</b>	<b>(11.552)</b>

## 21. Cobertura de seguros (não auditado)

A Subsidiária mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pelos departamentos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## 22. Eventos subsequentes

### Reforma Tributária Brasileira

A Reforma Tributária inicia sua fase de transição em 1º de janeiro de 2026, com a introdução do IVA Dual (CBS federal e IBS subnacional) a uma alíquota de teste de 1% (0,9% CBS + 0,1% IBS), sem aumentar a carga tributária efetiva. O ano foca em

adaptação operacional, com emissão obrigatória de notas fiscais com destaque dos novos tributos.

A administração iniciará em 2026 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e aos prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins destas demonstrações financeiras.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2026.

---

Yoshiaki Fujimori  
Diretor  
CPF 002.711.308-65

---

Tuany Caroliny Costa  
Contadora  
CRC SC041736/O-8